

# A educação em São Paulo

Publicado há pouco mais de um mês pelo **Diário Oficial**, o Balanço Geral do Estado de São Paulo retrata, de maneira objetiva, o que tem sido a gestão do governador Fleury Filho, ao longo destes três anos e meio. Além de não cumprir o orçamento por ele próprio preparado e devidamente aprovado pela Assembleia Legislativa, algumas das prioridades administrativas que foram amplamente divulgadas pela intensa e custosa propaganda do governo estadual foram simplesmente abandonadas, sendo os recursos previstos para elas destinados a obras de caráter eleicoeiro.

O caso mais dramático é o da educação. Para 1993, o Orçamento Estadual previa um gasto com a folha de pagamento da Secretaria da Educação equivalente a 20,61% da arrecadação do ICMS; o governo, no entanto, gastou apenas 17,94%, o que significa que deixou de aplicar o equivalente a US\$ 199,8 milhões em salários de técnicos e professores da rede pública. Quanto ao ensino de 1º e 2º graus, a previsão era de 26,15% da arrecadação do ICMS; o governo, porém, gastou somente 24,12%, o que significa que deixou de aplicar US\$ 146 milhões na construção de novas escolas e na manutenção das instalações existentes.

“Entre o orçado e o realizado há um verdadeiro abismo, o que demonstra que a educação não é, nem nunca foi, prioridade do governador Fleury” — afirma Roberto Felício, presidente do Sindicato dos Professores Estaduais de São Paulo. Ele examinou cuidadosamente os dados do Balanço Geral do Estado e descobriu o destino dado às verbas previstas, porém não aplicadas, para a área de educação. “Os transportes, que seguiam tendo uma média de aplicação em torno dos 21% nos últimos anos, em 1993 saltaram para 32,86%. O Judiciário, que no mesmo período teve uma média de 12%, ficou com 39,72%.

A segurança pública saltou de 14% para 22,40% e energia e recursos minerais passaram da média de 2% — vejam só — para 19,88%” —, conclui o presidente da Apeoesp.

Esses números revelam que o governador Fleury, seguindo o exemplo de seu antecessor, manipulou o Orçamento Estadual basicamente com vistas às eleições de outubro próximo. Ele desprezou a educação básica, setor que, tradicionalmente, não costuma render votos, para privilegiar áreas que permitem a inauguração de grandes obras e que são decisivas para forjar sua imagem como “realizador”. “Não é à toa que a educação está nesta miséria. Crianças fora da escola, professores descontentes com baixos salários, péssimas condições de trabalho, desestímulo para prosseguir com a profissão, muitos professores abandonando a rede estadual e baixa qualidade de ensino. E há gente que ainda tem o descaramento de dizer que as entidades dos professores mentem quando falam de salários” — afirma Roberto Felício.

O que explica sua revolta é a degradação salarial de sua categoria. Embora o governo Fleury enfatize a educação como uma de suas prioridades, ele pouco fez para elevar o piso salarial do professorado, que ficou deteriorado a partir do governo Quéricia. Atualmente, o piso salarial de um mestre de 1º grau é o equivalente a 17% mais do que um salário mínimo por mês. Em resposta aos protestos da Apeoesp, o governador costuma responder que não dispõe de recursos, por causa da queda na arrecadação do ICMS. “Dinheiro existe; o que é necessário é uma inversão de valores”, contra-argumenta Roberto Felício, lembrando que, em vez de ser desprezada por Fleury, a educação básica deveria ser encarada como “fator estratégico de desenvolvimento”.